

Credores têm de aceitar mudanças na essência da negociação

Dúvida - Externa

Em editorial ameaçador, o prestigioso The Wall Street Journal, de Nova York, adverte, a propósito da recente proposta feita pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira de conversão de parte da dívida brasileira em títulos com deságio, que ela poderia significar a inadimplência de alguns bancos americanos e que o impacto seria muito mais grave para o Brasil do que a poupança de alguns bilhões de dólares. Isso porque, além de perder os financiamentos do FMI e do Banco Mundial, o País não teria mais direito a créditos através do Eximbank e se ressentiria também da "carência de capital de fontes privadas, inclusive (e especialmente) de seus próprios cidadãos".

A nota, que prima pela ausência de qualquer consideração dos aspectos políticos relacionados à dívida, partiu aparentemente do princípio de que o governo brasileiro procurou, através da proposta discutida em Washington com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, "afrontar" a comunidade financeira internacional, deixando entender que os bancos credores não te-

riam outra saída senão concordar com uma proposta que o jornal considera "irrealista" em termos de mercado.

Isso demonstra um desconhecimento básico da posição brasileira. Como bem explicou o presidente José Sarney, o ministro da Fazenda estava concluindo uma fase exploratória da negociação da dívida, devendo o governo, a partir de agora, definir uma proposta clara para os credores. E em nenhum momento — deve-se ressaltar — o governo brasileiro estabeleceu, "a priori", qualquer política com relação à transferência de recursos para o exterior, como fez o governo peruano, por exemplo.

Quanto a esse ponto, não se deve deixar de assinalar que, com exceção dos créditos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o País não tem recebido recursos do FMI desde que renunciou a um acordo com aquela instituição e, principalmente, não tem registrado nenhuma entrada de dinheiro novo dos bancos internacionais privados desde 1982-83. Na realidade, tivessem os bancos

credores manifestado a intenção de conceder novos empréstimos ao País, refinanciando os pagamentos de juros em atraso, por exemplo, perderia qualquer sentido a proposta apresentada por Bresser Pereira em Washington na última semana.

O que os círculos mais conservadores se recusam a admitir é que deva haver uma mudança na essência do processo de renegociação até agora adotado — e esta é precisamente a posição do Brasil. É curioso que os credores frequentemente rechaçam qualquer proposta nova, apresentada por um ou outro país, sob o argumento de que não poderiam atendê-la, sem admitir que ela venha a ser aplicável a outros devedores em condições semelhantes. Mas, ao mesmo tempo, vêem com maus olhos quaisquer entendimentos que os credores venham a manter entre si, com vistas à apresentação de uma posição comum ou que mantenha pontos de contato. Apesar disso, os ministros da Fazenda do Brasil, da Argentina e do México vão-se encontrar em breve e terão certamente muito a discutir.

O fato mais incômodo para os

credores é que não existe hoje nenhum grande devedor que possa ser apontado como modelo que confirme o acerto da aplicação das receitas clássicas de reajustamento. Ainda na semana passada, o presidente Raúl Alfonsín, da Argentina — que concluiu recentemente um acordo com o FMI —, afirmou, em um pronunciamento veemente, que "não vamos permitir que os bancos internacionais nos deixem de dar crédito; tampouco vamos tolerar que o Banco Mundial não atenda às necessidades de desenvolvimento e não vamos permitir que o Fundo Monetário Internacional continue aplicando receitas ridículas".

Em um quadro como este, é imperioso que os aspectos políticos da renegociação das dívidas externas sejam levados em consideração pelos credores, e o governo dos Estados Unidos tem uma responsabilidade bem precisa a esse respeito. O que é inconcebível é que os maiores países latino-americanos venham a ser alienados da comunidade ocidental pela impossibilidade de chegar a um acordo satisfatório com os credores.